



**ANEFAC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS,
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2020**
Com o relatório dos auditores independentes

**ANEFAC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS,
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores, Conselheiros e Associados

ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

COFINS sobre receita de patrocínio

Conforme nota explicativa nº 12, a administração e seus assessores jurídicos entendem não serem contribuintes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) sobre as receitas de patrocínio realizado por sócios mantenedores, no entanto, a partir de outubro de 2012 a Associação passou a oferecer a tributação e realizar o recolhimento em juízo. Nossa opinião não foi ressalvada sobre esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

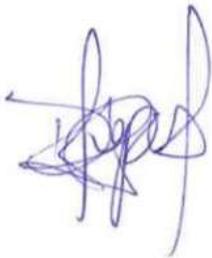
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de maio de 2021.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC 2SP033508/O-1



Danilo dos Santos Lopes
Contador- CRC1SP 294.551/O-7



Fábio Debiaze Pino
Contador- CRC1SP 251154/O-9

ANEFAC – Associação dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Balanças patrimoniais em 31 de dezembro

Em reais (R\$)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	572.381	470.861	Obrigações trabalhistas	8	121.636	119.371
Contas a receber	5	109.900	160.109	Obrigações tributárias	9	26.000	9.563
Outros créditos	6	173.987	400	Contas a pagar	10	25.455	37.289
		856.268	631.370	Receita antecipada	11	184.540	295.912
						357.631	462.135
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	12	647.653	542.458	Provisão para contingências	12	647.653	542.458
Imobilizado	7	29.840	30.346			647.653	542.458
		677.493	572.804	Patrimônio Líquido	13		
				Superávits acumulados		199.581	516.093
				Superávit (déficit) do exercício		328.896	(316.512)
						528.477	199.581
Total		1.533.761	1.204.174	Total do passivo e patrimônio líquido		1.533.761	1.204.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais (R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas			
Receita de mantenedores e associados	15	1.509.417	1.630.880
Voluntariado	14	1.528.872	591.410
		3.038.289	2.222.290
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	16	(781.797)	(835.647)
Despesas com serviços de terceiros	17	(165.195)	(208.607)
Despesas comerciais e marketing	18	(142.548)	(795.657)
Despesas gerais e administrativas	19	(77.828)	(101.853)
Impostos, taxas e contribuições	20	(2.150)	(8.319)
Voluntariado	14	(1.528.872)	(591.410)
		(2.698.390)	(2.541.493)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		339.899	(319.203)
Resultado financeiro líquido	21	(11.003)	2.691
Superávit (déficit) do exercício		328.896	(316.512)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Superávit (déficit) do exercício	328.896	(316.512)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>328.896</u>	<u>(316.512)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e ContabilidadeDemonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em reais (R\$)

Descrição	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 – (Reapresentado)	289.030	227.063	516.093
Apropriação do superávit do exercício de 2019	227.063	(227.063)	-
Déficit do exercício	-	(316.512)	(316.512)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	516.093	(316.512)	199.581
Apropriação do déficit do exercício de 2020	(316.512)	316.512	-
Superávit do exercício	-	328.896	328.896
Saldos em 31 de dezembro de 2020	199.581	328.896	528.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais (R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais:		
Superávit (déficit) do exercício	328.896	(316.512)
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais		
Depreciações	7.266	7.014
Provisão para contingência	105.195	45.660
	<u>441.357</u>	<u>(263.838)</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Contas a receber	50.209	164.891
Outros créditos	(173.587)	(400)
Depósitos judiciais	(105.195)	(45.660)
Obrigações trabalhistas	2.265	46.551
Obrigações tributárias	16.437	2.938
Contas a pagar	(11.834)	(79.833)
Receita antecipada	(111.372)	(104.173)
	<u>108.280</u>	<u>(279.524)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados	(6.760)	(11.292)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	<u>(6.760)</u>	<u>(11.292)</u>
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>101.520</u>	<u>(290.816)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	470.861	761.677
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	572.381	470.861
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>101.520</u>	<u>(290.816)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais (R\$)

1. Contexto operacional

A Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (“ANEFAC” ou “Associação”) é uma entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo a promoção e a difusão de técnicas e metodologias de trabalhos relacionados ao desenvolvimento das Áreas Financeiras, Contabil e de Administração em geral; promoção de intercâmbio intelectual entre seus associados; divulgação de informações de natureza técnica e científica relacionadas com áreas de atuação descritas acima, e outras atividades que vierem a se tornar importantes face as mudanças tecnológicas e que venham ao encontro aos objetivos dos associados.

Impactos da pandemia

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem enfrentando o Brasil e diversos países do mundo trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a ANEFAC ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos e sociais provindos da pandemia no mercado brasileiro e internacional.

O comitê de crise da Associação está tratando o assunto com o objetivo de coordenar ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para a Associação. Neste cenário, a ANEFAC se manteve empenhada em fornecer condições de segurança aos seus empregados, associados, fornecedores e parceiros, mantendo todos tempestivamente informados de quaisquer medidas que os pudessem impactar e atuando totalmente em *home office*. A ANEFAC manteve no formato digital o ritmo de suas atividades, similares ao ano de 2019, dessa forma, não teve impacto relevante em suas demonstrações financeiras. Ressalta-se que foram intensificados os canais de comunicação virtual junto ao mercado e aos associados, com desenvolvimento de *podcasts*, *webinars* e *lives*.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo as disposições da Resolução do CFC nº 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) “Entidades sem finalidade de lucros”.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Associação em 26 de maio de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em reais tiveram os centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

(a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Associação se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados, conforme descrevemos a seguir:

(i) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal, quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se as Empresas gerenciam estes investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Associação não possuía instrumentos financeiros derivativos e conseqüentemente também não adotou a prática de *Hedge Accounting*.

(ii) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Associação determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente o valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais (R\$)

Os principais ativos financeiros da Associação incluem: caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa n° 4), classificados a valor justo por meio do resultado e contas a receber (nota explicativa n° 5) e outras contas a receber (nota explicativa n° 6), classificados como empréstimos e recebíveis.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Associação transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo ou “repasso”; e (a) a Associação transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Associação não transferir nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Associação tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos a um ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Associação com o ativo. Nesse caso, a Associação também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Associação manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Associação, dos dois o menor.

(iii) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros da Associação incluem: Contas a pagar (nota explicativa n° 10) e Receita antecipada (nota explicativa n° 11), que estão classificados como empréstimos e financiamentos.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais (R\$)

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

(iv) Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(b) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Associação avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 2020 e em 2019 a Associação não identificou eventos que indicassem a deterioração ou perda de valor recuperável sobre seus ativos financeiros e não financeiros.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Registram os numerários disponíveis em caixa, os saldos de contas correntes bancárias e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço. As aplicações financeiras são mantidas em fundos de investimentos, os quais já estão marcados a valores de mercado.

(d) Contas a receber

As contas a receber representam as contribuições e patrocínios a receber e são avaliadas e apresentadas pelo valor de realização. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é analisada e estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Associação não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais.

(e) Ativo imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a estimativa da vida útil e valor residual dos bens (Nota explicativa nº 7).

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais (R\$)

(f) Ajuste a valor presente

A administração analisa suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, considerando a relevância dos saldos e transações, para identificação e mensuração de possíveis ajustes a valor presente. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Associação não efetuou nenhum ajuste desta natureza.

(g) Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(j) Apuração do resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente do pagamento ou recebimento.

As fontes de recursos para manutenção da Associação são oriundas das contribuições de associados, mantenedores e eventos promovidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	1.000	1.000
Bancos conta movimento	10	13.989
Aplicações financeiras	571.371	455.872
	<u>572.381</u>	<u>470.861</u>

As aplicações financeiras incluem certificados de depósitos bancários e títulos emitidos e compromissados de instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Estão sendo classificadas no caixa e equivalentes caixa por serem aplicações automáticas, com possibilidade de resgate imediato, e não haver risco de mudança de valor caso o mesmo ocorra.

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais (R\$)

5. Contas a receber

	2020	2019
Mantenedores	52.500	-
Eventos/Transparência	57.400	160.109
	109.900	160.109

6. Outros créditos

	2020	2019
Adiantamento à fornecedores	173.987	400
	173.987	400

O aumento em 2020 está atrelado a adiantamentos realizados para locação de espaço para eventos e congressos. Devido a pandemia do Coronavírus, o evento presencial não ocorreu, entretanto, a Associação espera realizar o evento no exercício de 2022.

7. Ativo imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	2020			2019
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis	4%	91.469	(91.469)	-	-
Moveis e utensílios	10%	64.795	(64.795)	-	1.111
Máquinas e equipamentos	10%	20.830	(20.830)	-	-
Computadores e acessórios	20%	3.461	(1.211)	2.250	2.943
Equipt. processamento de dados	20%	118.942	(106.030)	12.912	8.876
Equipamentos telefônicos	10%	6.507	(6.507)	-	-
Equipamentos de segurança	10%	650	(650)	-	38
Sistemas/programas	20%	56.682	(42.004)	14.678	17.378
		363.336	(333.496)	29.840	30.346

Movimentação do exercício de 2020

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Custo				
Imóveis	91.469	-	-	91.469
Moveis e utensílios	64.795	-	-	64.795
Máquinas e equipamentos	20.830	-	-	20.830
Computadores e acessórios	3.461	-	-	3.461
Equipt. processamento de dados	112.182	6.760	-	118.942
Equipamentos telefônicos	6.507	-	-	6.507
Equipamentos de segurança	650	-	-	650
Sistemas/programas	56.682	-	-	56.682
Total custo	356.576	6.760	-	363.336
(-) Depreciação acumulada	(326.230)	(7.266)	-	(333.496)
Imobilizado líquido	30.346	(506)	-	29.840

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais (R\$)

Movimentação do exercício de 2019

Descrição	2018	Adições	Baixas	2019
Custo				
Imóveis	91.469	-	-	91.469
Moveis e utensílios	64.795	-	-	64.795
Máquinas e equipamentos	20.830	-	-	20.830
Computadores e acessórios	-	3.461	-	3.461
Equip. processamento de dados	104.351	7.831	-	112.182
Equipamentos telefônicos	6.507	-	-	6.507
Equipamentos de segurança	650	-	-	650
Sistemas/programas	56.682	-	-	56.682
Total custo	345.284	11.292	-	356.576
(-) Depreciação acumulada	(319.216)	(7.014)	-	(326.230)
Imobilizado líquido	26.068	4.278	-	30.346

8. Obrigações trabalhistas

	2020	2019
PIS sobre folha de pagamento	820	716
FGTS a recolher	5.127	4.388
INSS a recolher	14.522	11.844
Provisão de férias e encargos	101.167	102.423
	121.636	119.371

9. Obrigações tributárias

	2020	2019
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	11.339	9.263
PIS/COFINS/CSLL retidos	-	257
ISS a recolher	-	16
COFINS a recolher	14.661	27
	26.000	9.563

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais (R\$)

10. Contas a pagar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Sul América Cia Nac.	-	5.202
Talentos - Gp Apoio Empresa	2.325	5.000
Kenwort Informática	1.667	2.127
Daniel H De Araujo Consultoria	680	3.131
Luis Gerardo Rodrigo Rosal	2.655	4.518
Embratel	79	1.156
Teg Turismo E Cambio	-	1.221
Totvs	1.550	2.801
Ribeiro De Oliveira	2.500	5.000
Dell Computadores	2.704	-
Glaspremium Comércio de Troféus	2.746	-
Decanter Vinhos Finos	2.657	-
RAP 10 Motoboys	1.474	-
Outras contas a pagar	4.418	7.133
	<u>25.455</u>	<u>37.289</u>

11. Receitas antecipadas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Associados	71.407	77.788
Mantenedores	41.030	49.315
Inscrições para eventos	72.103	168.809
	<u>184.540</u>	<u>295.912</u>

Referem-se a contribuições pagas antecipadamente por associados e mantenedores da associação, inscrições para eventos, devendo ter realização até o término do exercício seguinte.

12. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Associação no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista.

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e especialistas, quando aplicável, avalia os assuntos que possam gerar futuras discussões e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 4 de outubro de 2012 a Associação entrou com ação movida contra a União Federal por meio do processo 0017859-23.2012.403.6100 com o intuito de afastar a incidência da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas derivadas de suas atividades próprias, assim entendidas como aquelas descritas em seu Estatuto como necessárias, auferidas para consecução de suas atividades, desde a entrada em vigor da Medida Provisória 1807-6 /99 com redação mantida pela MP nº 2.158-35, ora vigente, afastando-se as restrições posteriormente impostas pela Instrução Normativa 247 / 2002.

Em 12 de setembro de 2013, a ação foi julgada como improcedente em 1ª. instância, foram apresentados embargos a declaratórios requerendo que o juiz se manifestasse sobre os documentos juntados pelo autora, foi negado provimento, dessa forma em 6 de novembro de 2013, a autora interpôs recurso de apelação pleiteando a anulação da sentença, no entanto foi negado o recurso, diante deste fato em 25 de maio de 2015 em face ao acórdão proferido pelo TRF, foi

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais (R\$)

determinado que sobrestamento do efeito até o trânsito em julgado de decisão nos RE's nºs 598.085/RJ e 672.215/CE, que versam sobre a matéria na presente demanda. Foi apresentada uma petição informando que o sobrestamento é dispensável, tendo em vista que a matéria discutida nestes recursos se refere as Sociedades Cooperativas. Contudo a Desembargadora manteve a decisão anterior.

Desta forma foi oposto Embargos de Declaração apontando ausência de manifestação do juiz quanto à admissão do RE's e a ilegalidade apontada. A entidade está aguardando julgamento dos embargos.

Para o período de outubro de 2012 a dezembro de 2020 a Associação constituiu uma provisão para prováveis contingências do recolhimento da COFINS referente ao período na mesma proporção ao recolhimento dos depósitos judiciais.

Movimentação da provisão para contingência e do depósito judicial em 2020 e 2019

	Em R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2018	496.798
Adições	45.660
Reversões	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	542.458
Adições	59.515
Atualizações	45.680
Reversões	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	647.653

13. Patrimônio social

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos desde a data da fundação da Associação.

Se a Associação vier a ser dissolvida, por impossibilidade de funcionamento, a critério da Assembleia Geral, destinará o seu eventual patrimônio remanescente a entidade congênere registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou entidade pública a critério da Associação.

14. Voluntariado

Atendendo à resolução nº 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) "Entidades sem finalidade de lucros", a qual define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Associação.

Durante o exercício de 2020 foi registrado para a execução das atividades da Associação um total de 3.965 horas (2.059 em 2019), totalizando R\$ 1.528.872 (R\$ 591.410 em 2019).

Piso	Ano	Valor hora	Quantidade horas	Valor voluntariado
Presidente	2020	390,44	518	202.250
Conselheiros	2020	1.005,32	684	687.642
Diretores	2020	231,26	2.763	638.980
				1.528.872

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais (R\$)

<u>Piso</u>	<u>Ano</u>	<u>Valor hora</u>	<u>Quantidade horas</u>	<u>Valor voluntariado</u>
Presidente	2019	317,07	294	93.220
Conselheiros	2019	1.453,22	150	217.983
Diretores	2019	187,81	1.492	280.207
				591.410

15. Receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Eventos	13.670	71.006
Patrocínio	1.076.046	953.680
Contribuições Associados	152.931	180.253
Congresso	-	304.249
Mantenedores	326.285	167.352
(-) COFINS sobre receita	(59.515)	(45.660)
	1.509.417	1.630.880

16. Despesas com pessoal

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários	(486.393)	(522.210)
Encargos sociais	(150.882)	(152.058)
Benefícios	(144.522)	(161.379)
	(781.797)	(835.647)

17. Despesas com serviços de terceiros

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços de auditoria	(18.695)	(74)
Serviços de advogados	-	(876)
Serviços de consultoria	(31.118)	(27.914)
Serviços de assessoria	(27.500)	(33.350)
Serviços de motoboy	(3.418)	(4.410)
Serviços de informática	(65.577)	(59.796)
Serviços de limpeza	-	(9.061)
Serviços gráficos	(17.518)	(60.723)
Serviços diversos	(1.369)	(12.403)
	(165.195)	(208.607)

18. Despesas comerciais e marketing

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outras despesas	(35.608)	(25.637)
Propaganda e marketing	(400)	-
Feiras, promoções e eventos	(106.540)	(770.020)
	(142.548)	(795.657)

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais (R\$)

19. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Condomínio	(16.921)	(15.384)
Viagens nacionais e internacionais	(10.275)	(24.150)
Energia elétrica e telefonia	(12.716)	(17.793)
Material de consumo geral	(5.881)	(13.909)
Locação de equipamentos	(4.452)	(8.457)
Depreciação	(7.266)	(7.014)
Seguros	(4.289)	(4.304)
Refeições e lanches	(4.674)	(668)
Outras despesas	(11.354)	(10.174)
	(77.828)	(101.853)

20. Impostos, taxas e contribuições

	2020	2019
COFINS sobre outras receitas	(155)	(1.220)
IPTU	(1.168)	(1.200)
IOF	(257)	(654)
Impostos, taxas e contribuições diversas	(570)	(5.245)
	(2.150)	(8.319)

21. Resultado financeiro líquido

	2020	2019
<u>Receitas financeiras</u>		
Descontos obtidos	-	1.392
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.938	14.550
	1.938	15.942
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	(12.234)	(12.723)
Atualização monetária líquida	(185)	(290)
Juros fornecedores	(522)	(238)
	(12.941)	(13.251)
Total do resultado financeiro líquido	(11.003)	2.691

22. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido constituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Associação, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais (R\$)

que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Associação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre a folha de pagamentos.

Quanto à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, a Medida Provisória nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou os recursos recebidos de terceiros, destinados ao custeio e à manutenção da Associação e à execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. A Administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de suas atividades próprias, não estando sujeitas à incidência da referida contribuição, inclusive as receitas decorrentes de patrocínios.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

23. Gestão de riscos

A Associação está exposta através de suas operações aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de liquidez.

Como todos os outros negócios, a Associação está exposta a riscos decorrentes da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, políticas e processos da Associação para gerenciar esses riscos e os métodos usados para medi-los. Mais informações quantitativas sobre esses riscos são apresentadas ao longo destas demonstrações financeiras.

Objetivos Gerais, Políticas e Processos:

A administração tem responsabilidade geral pela determinação dos objetivos e políticas de gerenciamento de riscos da Associação e mantém a responsabilidade final por eles. Ela delegou a autoridade para projetar e operar processos que assegurem a efetiva implementação dos objetivos e políticas para a função de finanças da Associação.

O objetivo geral da administração é estabelecer políticas que busquem reduzir o risco, na medida do possível, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Associação. Mais detalhes sobre estas políticas são apresentados a seguir.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira para a Associação se um associado ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros potencialmente sujeitos ao risco de crédito para a Associação consistem principalmente em caixa e equivalentes de caixa, os quais são mantidos com instituições financeiras de crédito respeitável e podem ser resgatados a qualquer momento mediante demanda.

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais (R\$)

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição de crédito máxima. Todo o caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos de primeira linha.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Associação não possa cumprir suas obrigações financeiras à medida que elas venham a ser devidas. A política da Associação é assegurar que ela sempre terá dinheiro suficiente para permitir que ele cumpra suas obrigações quando se tornarem exigíveis, em condições normais e estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou arriscando danos à reputação da Associação.

A chave para o sucesso na gestão de liquidez é o grau de certeza nas projeções de fluxo de caixa. Se os fluxos de caixa futuros forem bastante incertos, o risco de liquidez aumenta.

A Associação monitora o risco de escassez de recursos monitorando as datas de vencimento dos passivos financeiros existentes. Os passivos financeiros da Associação são compostos por contas a pagar e obrigações trabalhistas e tributárias.

24. Cobertura de seguros

A Associação mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

25. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

* * *